

Elctromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.

CNPJ 17.104.815/0001-13

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Relatório da Administração: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos aos Senhores Acionistas as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. São Paulo, 30 de abril de 2026. A Administração.

Esta é a íntegra das Demonstrações Financeiras publicadas as quais se encontram disponíveis simultaneamente no site do Valor RI: <https://valor.globo.com/valor-ri/>.

Balancos patrimoniais	2025	2024
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	165.796	148.902
Contas a receber	95.777	88.019
Créditos fiscais	953	40.695
Outros ativos circulantes	1.790	926
Total do ativo circulante	264.316	278.542
Ativo não circulante		
Tributos diferidos	14.908	11.300
Depósitos judiciais	1.391	1.384
Imobilizado	189.915	157.764
Intangível	20.665	22.151
Direito de uso de arrendamento	20.749	2.671
Outros ativos não circulantes	95.429	311
Total do ativo não circulante	343.057	195.311

Balancos patrimoniais	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido		
Passivo circulante		
Fornecedores	66.646	48.447
Empréstimos	1.780	1.786
Impostos a pagar	8.943	54.159
Salários e encargos sociais	14.636	12.182
Adiantamento de clientes	8.706	23.247
Arrendamento a pagar	2.965	986
Dividendos a pagar	45.961	30.696
Outros passivos circulantes	20.670	19.589
Total do passivo circulante	170.307	191.092
Passivo não circulante		
Empréstimos	6.965	8.706
Arrendamento a pagar	18.499	2.132
Provisão para contingências	3.528	2.064
Outros passivos não circulantes	9.630	9.298
Total do passivo não circulante	38.622	22.200
Patrimônio líquido		
Capital social	46.729	46.729
Reserva de retenção de lucros	342.369	204.486
Reserva legal	9.346	9.346
Total do patrimônio líquido	398.444	260.561
Total do passivo e do patrimônio líquido	607.373	473.853

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Total de reserva de lucros	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023		46.729	9.064	112.399	121.463	-	168.192
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	123.065	123.065
Constituição de reserva legal	-	-	282	-	282	(282)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(30.696)	(30.696)
Retenção de lucros	-	-	-	92.087	92.087	(92.087)	-
Em 31 de dezembro de 2024		46.729	9.346	204.486	213.832	-	260.561
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	183.844	183.844
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(45.961)	(45.961)
Retenção de lucros	-	-	-	137.883	137.883	(137.883)	-
Em 31 de dezembro de 2025		46.729	9.346	342.369	351.715	-	398.444

Notas explicativas

1. Informações gerais: A Elctromidia SP Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. ("Elctromidia SP" ou a "Companhia"), anteriormente denominada como Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, constituída em 19 de outubro de 2012, tendo como objeto social a prestação de serviços de utilidade pública, sob o regime de concessão, que inclui: • Limpeza, manutenção e conservação de abrigos localizados em pontos de ônibus ou em estações de embarque e desembarque de passageiros; • Criação, confecção, instalação e manutenção de novos mobiliários urbanos; • Realização de obras de infraestrutura necessárias à instalação dos novos mobiliários urbanos; e • Exploração publicitária. Em 17 de dezembro de 2012, foi firmado o contrato de Concessão sob o nº 0141291600, decorrente do edital de Concessão nº 014129160, entre a Prefeitura de São Paulo ("Foder Concedente"), por intermédio da Companhia São Paulo Obras - "SP Obras" e a Companhia que prevê pelo prazo de 25 anos a prestação de serviços de manutenção e conservação de abrigos em pontos de parada de ônibus ou em estações de embarque e desembarque e de totens indicativos de ponto de parada de ônibus existentes. A principal fonte de receita da Companhia advém da atividade de veiculação de faces publicitárias em seus mobiliários urbanos e painéis digitais, decorrentes desse contrato. **2. Apreciação e base de preparação apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelos Administradores da Companhia em 30 de abril de 2026. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo: **2.1. Uso de estimativas e julgamentos:** A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento de apuração inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, incluem: testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*), provisões para ações judiciais, provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa e imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido). **2.2. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são preparadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. **2.3. Receita do contrato com clientes:** A receita é reconhecida por um valor que reflete a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. A Companhia reconhece a receita de acordo com princípios fundamentais considerando os seguintes passos: a) identificação do contrato com cliente; b) identificação das obrigações de performance contidas no contrato; c) determinação do preço da transação; d) alocação do preço da transação às obrigações de performance; e) reconhecimento da receita quando (e a medida que) a Companhia satisfaz a obrigação de performance. Não há contraprestação variável, obrigações de devolução ou restituição e tampouco componente de financiamento significativo. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando ocorre a efetiva transferência de controle do serviço prestado, ou seja, quando ocorre a disponibilização das telas pelo período de dias firmes em contrato para a veiculação do serviço de publicidade por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses serviços. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e são reconhecidas com base no período de veiculação da publicidade, suportado por documento firmado entre as partes, quando aplicável. **Adiantamentos de clientes:** São aprepados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente de clientes para futuras veiculações e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS - Contratos com clientes. **2.4. Ativos passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando realizáveis ou liquidáveis dentro dos doze meses seguintes ao período de divulgação, caso contrário são classificados como ativos e passivos não circulantes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais seriam liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo os juros provisionados de acordo com as condições contratuais. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alto liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **2.6. Contas a receber:** As contas a receber são integradas por valores faturados a clientes correspondentes a prestação de serviços de veiculação de faces publicitárias. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas da provisão para perdas de crédito esperadas ("PCLD" ou *impairment*) com base em expectativa de perda esperada. Provisão para perdas de crédito esperadas é constituída em montante considerável suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das suas contas a receber, levando em consideração as estatísticas de perdas históricas, e quando necessário, uma avaliação individual das principais contas a receber inadimplentes, com riscos eminentes de realização. A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos por categoria de privados e governos que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão é baseada inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia que revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito anualmente as taxas de perda histórica são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. **2.7. Imobilizado:** Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro é esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil que inclui a depreciação na demonstração do resultado no exercício em que o ativo foi baixado). O valor residual e vida útil dos ativos são métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de acordo com a expectativa de vida útil. **2.8. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Os ativos que possuem vida útil indefinida (ágio, por exemplo) não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente em relação à redução de seu valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à amortização são testados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda de valor recuperável é reconhecida para o montante do valor contábil líquido que exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Nos testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para o qual existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa). Os ativos não financeiros, exceto ágios, para os quais foi reconhecida perda do valor recuperável são revisados para possível reversão da perda em cada período de divulgação. **2.9. Arrendamento:** A Companhia avalia,

na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento e os correspondentes ativos de direito de uso. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo do juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, como mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento. O montante da remensuração do passivo de arrendamento é considerado como um ajuste em contrapartida ao valor do ativo de direito de uso. Os contratos de locação da Companhia são compostos substancialmente por imóveis. **2.10. Imposto de renda e contribuição social:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido, quando aplicáveis. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. **2.11. Ativos e passivos expressos em moeda estrangeira sujeitos à indexação:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas de avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas são contabilizados na liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica de "Resultado financeiro". **2.12. Provisão para contingências e outros passivos:** Provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente legal como resultado de eventos passados, é provável que um fluxo de recursos seja necessário para liquidar as obrigações, bem como os montantes possam ser estimados com razoabilidade. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que deverão ser necessários para liquidar as obrigações, e suas atualizações são reconhecidas como despesa financeira na demonstração de resultado. **2.13. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo patrimonial de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção de um contrato a receber que não contenha um componente de financiamento significativo, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou negociação no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Ativos financeiros - mensuração subsequentemente:** Para fins de mensuração subsequentemente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). **Ativos financeiros - reconhecimento subsequentemente:** Os ativos financeiros são mensurados subsequentemente em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas recebe uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores, para o ambiente econômico. **Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** São classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros

Demonstrações dos resultados	2025	2024
Receita operacional líquida	506.672	378.768
Custos dos serviços prestados	(150.689)	(129.154)
Lucro bruto	355.983	249.614
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(27.445)	(17.309)
Despesas com vendas	(5.663)	(4.958)
Outras despesas operacionais	(60.549)	(53.764)
Resultado operacional líquido antes do resultado financeiro	262.326	173.583
Receitas financeiras	19.528	8.601
Despesas financeiras	(4.546)	(4.560)
Lucro antes do IR e da CS	277.308	177.624
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(97.342)	(51.535)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	3.878	(3.024)
Lucro líquido do exercício	183.844	123.065
Resultado por ação		
Básico e diluído	3,2206	2,1559

Demonstrações dos resultados abrangentes	2025	2024
Lucro líquido do exercício	183.844	123.065
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	183.844	123.065

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método indireto)		2025	2024
Lucro líquido antes dos tributos		277.308	177.624
Ajustes para reconciliar o resultado antes dos tributos ao caixa operacional			
Depreciação e amortização	18.560	18.013	
Provisão (reversão) para demandas judiciais	1.464	1.323	
Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas	(247)	356	
Perdas efetivas em créditos	454	312	
Encargos financeiros sobre empréstimos e mútuo	1.557	2.017	
Encargos financeiros sobre arrendamentos	1.110	550	
Baixa de ativos imobilizado	11.976	683	
Provisão participação dos empregados nos lucros	9.675	7.700	
Amortização de custo de captação	15	507	
	321.872	209.085	

Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos operacionais		2025	2024
Contas a receber	(7.965)	(8.753)	
Tributos a recuperar	39.742	(33.361)	
Depósitos judiciais	(7)	(109)	
Outros ativos	(771)	908	
Fornecedores	18.199	3.162	
Obrigações trabalhistas	(7.221)	(7.011)	
Tributos a pagar	(102.708)	31.297	
Adiantamento de clientes	(14.541)	5.655	
Outras obrigações	308	(581)	
Partes relacionadas	(95.030)	1.369	
Caixa originado pelas atividades operacionais	151.878	201.661	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(39.850)	(37.819)	
Juros pagos	(639)	(722)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	111.389	163.120	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível	(59.528)	(18.652)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(59.528)	(18.652)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.756)	(17.845)	
Pagamento de passivo de arrendamento	(2.515)	(1.397)	
Captação de empréstimos e financiamentos	-	2.885	
Dividendos pagos	(30.696)	(23.862)	
Pagamento de dívidas com terceiros	-	(40.720)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(34.967)	(80.939)	
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	16.894	63.529	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	148.902	85.373	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	165.796	148.902	

ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros a custo amortizado. A Companhia determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e, no caso de passivo financeiro ao custo amortizado, líquido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem passivos financeiros ao custo amortizado, como por exemplo empréstimos, financiamentos e debêntures. **Passivos financeiros - mensuração subsequentemente:** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **Passivos financeiros - desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Valor justo dos instrumentos financeiros: A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem o valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço. Não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024 instrumentos financeiros de nível 3.

2.14. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2025: Alterações ao CPC 02 (R2) - "Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1)". Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.15. Pronunciamentos emitidos e ainda não efetivos:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **3. Capital social:** Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025 não ocorreram alterações no capital social da Companhia. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é apresentada a seguir:

Acionistas	Ações	Capital social	% Participação
Publicança Brasil S.A.	42.612.669	34.883	74,65%
Ruasinvest	14.470.612	11.846	25,35%
	57.083.281	46.729	100,00%

Alexandre Guerrero Martins - Diretor Presidente
 Ricardo de Almeida Winady - Diretor Financeiro
 Pedro Henrique Christov Gomes
 Contador - CRC SP-270.879/O-9

"O Relatório dos Auditores Ernst & Young Auditores Independentes S.S., datado de 30 de abril de 2026, foi emitido sem ressalvas e encontra-se à disposição dos acionistas junto com as demonstrações financeiras completas, na sede da Companhia."



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
 04067191000160 Pub: 30/04/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link